

Costa define até amanhã se assume GDF

Valério Ayres 10.8.88

Josemar Gonçalves

O senador Alexandre Costa (PFL-MA) deve definir até amanhã se assume ou não o Governo do Distrito Federal. A falta de uma solução para o impasse, segundo vários assessores de Costa, está irritando o senador, que se diz cansado, mas não quer apelar — apesar das várias especulações — para pareceres jurídicos, a fim de não entrar no GDF com um problema político nas mãos.

De acordo com parlamentares ligados a Costa, ele não tem qualquer preocupação em perder o seu mandato caso assuma o GDF. No entanto, não quer fazer isto sem o aval da Constituinte e, principalmente, na bancada de Brasília. Além de vários encontros com juristas, o senador baseia-se no fato de que nunca houve um caso de cassação de mandato quando um parlamentar assume um cargo do Poder Executivo.

Um dos exemplos mais conhecidos é do atual prefeito de Cuiabá (MT), Dante de Oliveira. Ele foi eleito em 1985 para a Prefeitura, em seguida assumiu o cargo de ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad) e, com seu pedido de exoneração, retornou à prefeitura. "No caso do GDF", garante um dos assessores de Costa, "a coisa fica mais simples. A cidade só terá eleição em novembro de 1990. Pela atual Constituição, o senador pode assumir e, se a omissão no atual projeto, não for corrigida, o presidente Sarney não poderá nomear ninguém. Como ficará o GDF?"

Lideranças

O senador Alexandre Costa esteve ontem em plenário, quando conversou demoradamente com várias lideranças. O senador Ronan Tito, líder do PMDB, afirmou que continua não vendo qualquer impedimento para a posse de Alexandre Costa, apesar de toda esta polémica. "É a futura, e não a atual Constituição, quem garante o di-

reito adquirido. O artigo 57, dono deste impasse, diz que o parlamentar a ser empossado no GDF perde seu mandato. Só que Alexandre já estará no Governo e, portanto, já empossado na promulgação da nova Constituição".

Ronan Tito não concorda com o argumento de casuismo, que está sendo levantado por algumas lideranças, "porque Brasília; até 1990, terá, de qualquer maneira, um governador nomeado", disse ele. "Por que não Alexandre Costa, que é um homem competente e dono de um grande curriculum político? Quem está perdendo com isto é Brasília. A cidade tem e não tem um governador, e tem e não tem um indicado. É difícil!", disse o líder.

Secretariado

Alexandre Costa pensava em formar seu secretariado a partir da posse, mas com a demora, já tem vários nomes para ocuparem as Secretarias. Ele não está respondendo a especulações, mas é certo que alguns nomes do atual secretariado serão mantidos e que foram feitos dois convites a parlamentares de Brasília, para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Serviço Social.

Caso decida ocupar o Buriti, o senador já tem um esquema traçado para resolver alguns dos problemas da cidade, principalmente ligados ao Transporte e a própria infra-estrutura de Brasília. No transporte, o grande objetivo é começar a construção de metrô de superfície.

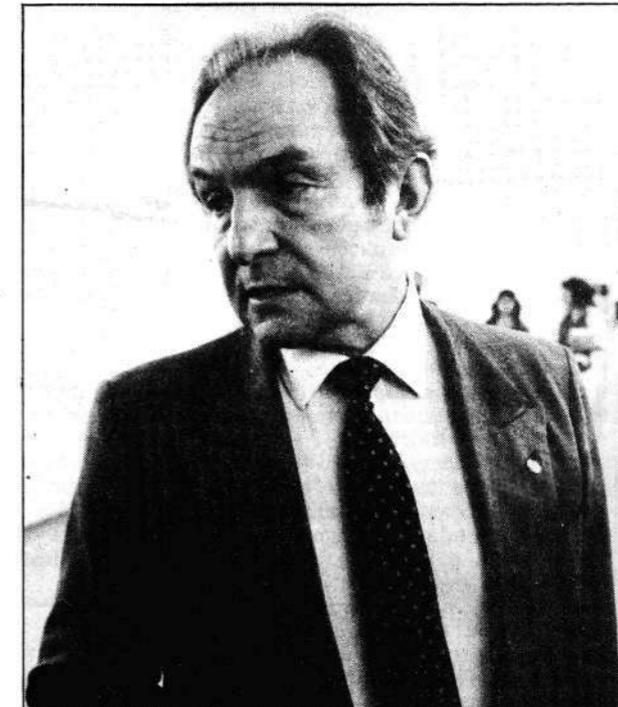
Ele já tem em seu poder vários documentos que garantem a necessidade de contratação de mais de mil professores e médicos, ampliando os serviços nas áreas de Educação e Saúde. A despoluição do Paranoá também será "prioridade um" no seu governo, pois segundo ele mesmo está provado que a poluição no local está afetando a saúde da população.

PC do B quer adiar nomeação

O deputado Haroldo Lima (PC do B-BA) deve apresentar hoje à mesa da Assembléia Nacional Constituinte projeto de decisão reivindicando a suspensão da nomeação e posse do senador Alexandre Costa (PFL-MA) no GDF. Segundo o parlamentar, o projeto de decisão é instrumento previsto no Regimento Interno da Constituinte e tem por objetivo evitar que sejam adotadas medidas em contradição com decisões que venham a ser tomadas pela Casa. Até à noite de ontem, o documento já tinha 70 assinaturas.

Na sua opinião, à situação do senador Alexandre Costa se aplica o uso do regimento, uma vez que já foi decidido pelo plenário da Constituinte que Brasília é dotada de autonomia política e o Artigo 57 prevê que parlamentares não podem acumular cargos executivos. "A Constituinte ainda não estabeleceu, nas Disposições Transitórias, se o senador poderá tomar posse sem perder seu mandato e, diante deste impasse, é melhor adiar a nomeação de Alexandre Costa", disse.

Para que o projeto de decisão seja entregue à mesa da Constituinte é preciso que constem do documento 187 assinaturas de parlamentares. Ontem mesmo, o deputado começou o trabalho de coleta de assinaturas e a sua expectativa é de que hoje pela manhã venha a completar o número necessário para sua apresentação.



Costa já dá sinais de cansaço e Cabral não conseguiu fechar ontem o acordo de lideranças

Notificação tenta impedir a posse

O Partido da Juventude (PJ) enviou ontem ao governador indicado, senador Alexandre Costa (PFL-MA), notificação expondo os artigos da futura Constituição que o impedem de assumir o GDF sem perder seu mandato e avisando que, se tomar posse, assim que for promulgada a nova Carta Magna, seus representantes entrarão no Supremo Tribunal Federal com processo questionando sua legitimidade no cargo. Segundo o presidente do PJ, Climério Delmondes, a notificação é o primeiro passo para o processo no STF, e, a sua existência impedirá que o senador venha a alegar no futuro "erro, omis-

são ou desconhecimento da lei".

O documento enviado ao senador lembra que já foram aprovados no segundo turno da Constituinte os artigos 55, 57 e 33 que o impedem de assumir o Palácio do Buriti, sem perder seu mandato. O texto afirma que o Artigo 55 impede, até mesmo, que Alexandre Costa aceite sua indicação, já que determina que a acumulação de cargo parlamentar e executivo é proibida até mesmo no ato da sua aceitação.

Diante disto, a notificação ressalta que foi um erro o senador ter aceito sua indicação e ter deixado que seu nome fosse aprovado na Comissão do DF no Senado e pelo

plenário desta Casa legislativa. Lembra, ainda, que o Artigo 57 não prevê que o parlamentar assumo o cargo de governador do DF sem perder seu mandato, uma vez que o Artigo 33 determina que seu titular será eleito.

A notificação assinala que, diante da aprovação destes artigos, assim que promulgada a futura Constituição, Alexandre Costa perderá seu mandato se estiver à frente do GDF. "Se apesar destes impedimentos legais ele assumir", disse o presidente do PJ, "tão logo entre em vigor a futura Carta Magna iremos ao Supremo questionar sua legitimidade no cargo de governador de Brasília", disse.

Fracassa nova tentativa de acordo

Fracassou a tentativa do relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), de realizar ontem um acordo de lideranças para colocar em votação emenda que permitisse o senador Alexandre Costa (PFL-MA) assumir o GDF sem perder seu mandato. Pela manhã, ele ainda conseguiu abalar as resistências do PT e PCB em relação ao assunto, levantando a possibilidade de mudanças no texto da reforma agrária. À tarde, no entanto, o plenário da Constituinte aprovou a intocabilidade das terras produtivas e os dois partidos

voltaram a ficar contra o acordo.

Mesmo que o relator tivesse conseguido a adesão do PT e do PCB, ainda haveria dificuldades para conseguir o acordo, já que, pela manhã, o PSDB, PSB e PDT reafirmaram sua posição contra a apresentação do texto. A expectativa agora, segundo o próprio relator declarou, é de que o senador assumo o GDF e confie na interpretação do líder do PMDB na Constituinte, Nelson Jobim (PMDB-RS), de que ele não perderá o mandato desde que seja aprovada a emenda da deputada Márcia Kubitschek

(PMDB-DF) determinando que caberá ao Presidente, até a posse do governador eleito em 1991, indicar o governador do DF.

Barganha

A previsão para hoje, segundo os líderes dos partidos de esquerda, é de que o PMDB e o PFL tentarão de novo barganhar um acordo. Mas agora, lembram, não há bandeiras que valham a pena negociar, já que os direitos sociais, a definição de empresa nacional e a reforma agrária foram aprovadas em segundo turno.

Partidos unidos por direta em 88

O PC do B, PCB, PSDB, PL, PDT, PJ e PV regionais decidiram realizar o último esforço pela aprovação de eleições diretas em Brasília este ano. Ontem, começaram um trabalho pela viabilização da aprovação da emenda do deputado Sigmaringa Seixas e do senador Pompeu de Sousa, ambos do PSDB-DF que prevê a realização de pleito na cidade 45 dias após a promulgação da Constituição.

De acordo com os representantes destes partidos, que se reuniram ontem na biblioteca da Câmara, o atual impasse na forma de preenchimento do GDF — com o senador Alexandre Costa (PFL-MA)

se recusando a assumir o Governo por correr o risco de perder o mandato — recoloca na "ordem do dia a necessidade de realização de eleições diretas este ano".

Isso porque, afirmam, até a posse do governador eleito em 1º de janeiro de 1991, não há no anteprojeto de Constituição, até agora aprovado, uma emenda que preveja a maneira de como o cargo de governador deve ser preenchido. Eles reconhecem que há "um buraco" em relação a este assunto e defendem a realização do pleito como única forma de resolver o impasse.

Eles ressaltam que a eleição é a forma mais "democrática" que a

Constituinte pode adotar para solucionar o problema da ocupação do GDF até 1º de janeiro de 1991, além de ser uma aspiração do "povo de Brasília". Na sua opinião, cabe agora aos constituintes a "opção de dar mais poderes ao Presidente para continuar a indicar um biônico ou atender à aspiração da população de Brasília, aprovando a emenda de Sigmaringa Seixas e Pompeu de Sousa".

O PMDB e o PFL não assinaram o documento divulgado pelos partidos de Brasília em defesa da realização de eleições este ano, pois seus representantes ainda consultarão as bases.